



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8524 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 23 - Gênero, Sexualidade e Educação

A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA DOCÊNCIA

Dayane Lino de Souza - PUC-GOIAS Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Lucia Helena Rincon Afonso - PUC-GOIAS Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Teresa Cristina Barbo Siqueira - PUC-GOIAS Pontifícia Universidade Católica de Goiás

A DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NA DOCÊNCIA

RESUMO

O presente trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa exploratória vinculada a linha de pesquisa Estado, Políticas e Instituições Educacionais do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte da elaboração de uma tese doutoral. O artigo se propõe a discutir a relação existente entre as questões de gênero no Brasil e a predominância feminina na profissão docente. Inicialmente buscou-se dados estatísticos sobre população e em seguida foi realizada uma tentativa de se entender a relação dos dados e a situação real das profissionais docentes do sexo feminino no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: População. Gênero. Feminino. Docentes. Neoliberalismo

INTRODUÇÃO

Neste presente artigo propõem-se a discutir e refletir sobre a desvalorização do trabalho feminino na docência. Entender a relação entre gênero e educação é de fundamental importância para compreensão da atual realidade da atividade docente do país, visto que envolve uma das maiores categorias de trabalhadoras/es no Brasil. A desvalorização profissional ocorrida nas últimas décadas com esta profissão, demonstra a força e influência de políticas econômicas como o neoliberalismo na política educacional brasileira.

As desigualdades de gênero, ou seja, as construções sociais estabelecidas pela sociedade para indivíduos do sexo masculino e feminino estão postas na sociedade brasileira. As diferenças salariais entre homens e mulheres em trabalho igual, com o mesmo valor e com o mesmo nível de escolaridade, são gritantes. Na docência não é diferente.

Segundo ainda os dados estatísticos do Censo Escolar realizado pelo INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017), existem aproximadamente um total de 1.760.000 professoras atuando na educação básica no Brasil e 440.000 professores, confirmando a perpetuação de uma diferença histórica existente na sociedade desde os primórdios da industrialização, diferença que hierarquiza e desvaloriza o trabalho das mulheres.

Deste modo, a profissão docente foi dominada pela população feminina. Mas, ainda no século XXI, a docência possui em seu quadro pessoal um elevado número de mulheres e o salário é um dos mais baixos dentre diversos profissionais. De acordo com Bourdieu (2002, p. 18),

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos.

No conjunto dos trabalhadores em educação é formado principalmente por professoras. Mas inicialmente a atividade docente no Brasil era uma profissão masculina. Louro (2005, p. 95) afirma que “no Brasil é possível identificar algumas transformações sociais que, ao longo da segunda metade do século XIX, vão permitir não apenas a entrada das mulheres nas salas de aula, mas, pouco a pouco, o seu predomínio como docentes”. Isso nos leva a considerar que à medida que a profissão docente deixa de ser masculina e passa a ser exercida em sua maioria pelo público feminino mudanças ocorreram em relação ao capital. Ou seja, enquanto a quantidade de mulheres que ingressaram no magistério aumentou exponencialmente os salários destas/destes profissionais foram diminuindo refletindo assim na desvalorização da categoria enquanto profissão.

Compreender as relações de gênero a partir da feminização do magistério é de fundamental importância para compreensão da atual realidade das/dos profissionais docentes do país. Registra-se acordo com Scott (2005), quando diz que torna-se necessário realizar a dissociação da qualificação do trabalho do sujeito de seu gênero.

Conforme o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019) a renda básica das/dos professores são equivalentes a 50 e 70% ou até menos em relação a outros profissionais com nível superior de ensino. Observa-se assim, a descrição do texto seguinte retirado do Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019, p. 108)

Em 2018, por exemplo, o rendimento médio dos professores da Educação Básica correspondia a 69,8% do salário médio dos profissionais com curso superior. Enquanto a média salarial dos docentes é de R\$ 3.823,00, a do conjunto dos trabalhadores brasileiros graduados é de R\$ 5.477,05. Ao se comparar o salário médio dos profissionais de áreas de Exatas ou Saúde, a defasagem é de 50%.

Ao abordar esta realidade trata-se de promover a discussão sobre a naturalização e consolidação da desvalorização do trabalho feminino na sociedade brasileira buscando-se impulsionar a investigação científica a respeito do tema

Neste estudo apoia-se em autores como Pierre Bourdieu, trazendo discussões das relações de poder dentro da Dominação Masculina na sociedade, formulando categorias importantes para análise desta realidade, tais como violência simbólica; Joan Scott, promovendo discussões e questionamentos sobre o Enigma da Igualdade; e Jane Soares de Almeida, em seu livro Mulher e Educação: a paixão pelo possível, onde faz um resgate histórico da história da mulher e sua inserção na sociedade, assim como nas relações de trabalho e principalmente o modo de como se deu sua construção com a docência; Guacira

Lopes Louro em sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação*, busca compreender em sua visão pós-estruturalista as questões centrais dos estudos gênero e de que modo essas questões perpassam a sociedade de modo transversal e influenciam na construção de conceitos.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica utilizando livros, artigos, sites, inclusive governamentais como Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para extração de dados estatísticos, e estudos promovidos pelo Ministério da Educação, bem como a utilização de tabelas e mapas. Foi realizado a leitura e a interpretação de mapas, gráficos e tabelas.

RESULTADO

Até este momento, concorda-se Louro (2003), é necessário promover pesquisas e debates na sociedade em razão das desigualdades de gênero em função da opressão existente na sociedade. Essa desigualdade de gênero é resultante da divisão sexual do trabalho e da predominante reprodução das relações sociais de poder e da valorização do trabalho masculino sobre a desvalorização do trabalho feminino na sociedade. (Bourdieu 2002)

Observou-se que essa desvalorização do trabalho feminino na docência é uma construção histórica fundada no patriarcado e na sociedade de classes ao longo das diferentes formações econômico-sociais, e que necessita de reparação histórica. Essa reparação pode ocorrer através da criação de políticas públicas de gênero que possuam como finalidade promover a igualdade entre os gêneros.

CONCLUSÃO

Compreender a vinculação histórica existente entre gênero e educação nos remete a entender e refletir sobre modificações ocorridas após a feminização do magistério e consequentemente sua desvalorização e precarização enquanto profissão.

Busca-se com a pesquisa em andamento sobre diferentes aspectos da profissão de professores, contribuir para uma mudança de paradigma em relação a/os profissionais da educação. Pois, o prestígio profissional e salarial de uma categoria não deve ocorrer de acordo com o gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo, UNESP, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL - **Censo escolar 2017 / notas estatísticas**. Ministério da Educação (INEP), Brasília – DF, 2018.

BRASIL – **Anuário Brasileiro da Educação Básica**, Brasília – DF, 2019.

CAETANO, Edson; NEVES, Camila Emanuella Pereira. **Relações De Gênero E**

Precarização Do Trabalho Docente. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. Especial, p 251-263, mai.2009 - ISSN: 1676-2584

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3 ed. – São Paulo, Cortez, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. **Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª Ed. Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade.** Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#> acesso dia 03/08/2020 as 12:25.